



Assembleia Municipal de Lagos

SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO/2011

28/12/2011

MOÇÃO

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Aprovado o Orçamento de Estado, o governo veio a público anunciar o aumento das taxas moderadoras nos centros de saúde e nos hospitais e isto sem contar com os custos de outros actos de diagnóstico que tenham de ser efectuados.

O Governo diz que é preciso reduzir o recurso às urgências hospitalares, mas não garante as respostas adequadas ao nível dos cuidados de saúde primários, encerrando extensões de saúde e reduzindo o horário das valências nos centros de saúde, restando como única alternativa as urgências hospitalares.

Não satisfeito, o governo degrada ainda mais as condições de vida dos portugueses com estes aumentos brutais – algumas mais que duplicam, por exemplo nas consultas nos centros de saúde ou nas urgências hospitalares, e quase que triplicam como no caso das consultas nos SAP.

Introduz novas taxas para os cuidados de enfermagem e até cobram taxas de consultas em que os utentes estão ausentes. Existem meios complementares de diagnóstico e terapêutica que não estavam sujeitos a taxa moderadora e que agora passarão a estar.

Tais medidas são parte de um plano mais vasto de destruição do Serviço Nacional de Saúde e nesse está incluído o objectivo de afastar as pessoas dos cuidados de saúde, comercializando a doença e dificultando as classes mais desfavorecidas no acesso à saúde pública, gratuita e de qualidade.



Agravando o custo dos bens e serviços essenciais, cortando no rendimento, nos salários e pensões de trabalhadores e reformados, empurrando milhares de pessoas para o desemprego, liquidando e encerrando mais serviços de saúde, aumentando as taxas moderadoras, esta política da saúde de uns e da doença da maioria não pode colher quaisquer posições de apoio e consideração.

Na sequência destas políticas puramente economicistas e injustas, muitos são já os centros de saúde e hospitais do nosso país a funcionar com um número insuficiente de trabalhadores, médicos e prestadores de cuidados. É bom lembrar-se que, só na nossa região, mais de 100 mil algarvios não têm médico de família.

Neste sentido a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 28 de Dezembro de 2011, delibera:

1. Rejeitar, por inaceitáveis, os aumentos previstos das taxas moderadoras.
2. Protestar junto do Ministério da Saúde contra esta medida.
3. Solidarizar-se com a população atingida.

Aprovada, por maioria e em Minuta.

